



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007341-89.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Responsabilidade Civil do Servidor Público / Indenização ao Erário**
 Requerente: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**
 Requerido: **Sandra de Araujo**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Ordinária de Ressarcimento ao Erário Municipal, proposta pelo **MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, em face de **SANDRA DE ARAÚJO**, sob o fundamento de que a requerida, então servidora pública municipal comissionada externa, ocupou o cargo de diretora do Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego para Juventude da Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda, até 30 de abril de 2011, tendo sido exonerada apenas em 9 de setembro de 2011, sem, entretanto, comunicar devidamente a Administração Municipal, tendo, por isso, recebido, indevida e integralmente, pagamento relativo aos meses de maio a agosto de 2011, além da primeira parcela do 13º salário proporcional, o que o levou a tentar o ressarcimento do montante de R\$ 23.060,12 na esfera administrativa, sem êxito, contudo. Alega imprescritibilidade das ações de ressarcimento, nos termos do art. 37, § 5º, da Constituição Federal, abrigando os decorrentes de erros operacionais da máquina pública, que ensejam enriquecimento sem causa da requerida e, portanto, imperiosa restituição ao *status quo ante*, sendo os valores corrigidos pelo índice oficial do Município - IPCA-IBGE.

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 26-135.

A ré apresentou contestação às fls. 149-158, na qual aduz, em resumo, que: **I)** trabalhou para a municipalidade no período de 30/4/2011 a 31/8/2011, fazendo jus aos valores auferidos; **II)** o indiciado não encontrado deve ser notificado ou intimado por edital, o que não ocorreu no seu caso, prejudicando o seu exercício de ampla defesa e contraditório; **III)** manifestou, por via escrita, intenção de exonerar-se do cargo, o que não ocorreu, contudo, até o treinamento de substituta Luciana Carolina Ferreira; **IV)** a presença de servidores em cargos comissionados não era controlada por cartão; **V)** comprova com mídia, relativa ao mês de setembro de 2011, que trabalhava para a administração pública local; **VI)** a solicitação de demissão não equivale à data de exoneração.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Documentos acostados às fls. 159-161.

Houve réplica às fls. 167-204, na qual o Município sustenta, em síntese, que: **I)** desconhecia que outra servidora municipal era treinada para ocupar o cargo da ré; **II)** a mãe da ré recebeu notificação relativa ao processo administrativo; **III)** antes de se mudar para Mauá, não prova, cabalmente, que continuou a trabalhar para a Administração Municipal; **IV)** o CD, mencionado pela ex-servidora, merece uma análise pericial; **V)** considera imprescindível a realização de audiência de instrução a fim de provar que, de maio a setembro de 2011, a requerida não trabalhou; **VI)** o servidor público tem a obrigação de restituir o que lhe foi indevidamente pago; **VII)** são imprescritíveis as ações referentes ao ressarcimento de prejuízo causado ao erário.

Juntou documentos às fls. 206-214.

Foi juntado CD e designada audiência (fl. 215).

Foram juntados termos de audiência às fls. 234-241.

A ré manifestou às fls. 245-247 e o Município às fls. 248-249.

É o relatório.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O processo pode ser julgado no estado em que se encontra, sobretudo porquanto desnecessária a produção de outras provas para convencimento judicial sobre a questão (artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil).

O pedido não comporta acolhimento.

No tocante à prescrição, não tratando a hipótese de ato de improbidade administrativa, não há que se falar em imprescritibilidade do direito postulado. Dessa forma, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de ser aplicável o prazo prescricional de cinco anos, previsto no Decreto nº 20.910/32, para a cobrança das dívidas ativas não tributárias, como a do caso em exame, a fim de se resguardar o tratamento isonômico entre administrados e Administração Pública, além de observar os princípios da segurança e da estabilidade das relações jurídicas, no sentido de impedir que a invocação de direitos perdure infinitamente, já que a regra é a prescritibilidade dos direitos.

Tendo em vista que a controvérsia baseia-se em recebimento indevido de pagamento, ocorrido em 2011 e que a propositura da ação ocorreu em 2015, não há que se falar em perda da pretensão pelo decurso do tempo.

Por outro lado, a prova oral coligida conduza à certeza de que houve regularidade nos pagamentos efetuados à ré, pois o vínculo empregatício com a requerente permaneceu até agosto de 2011, com destaque para os depoimentos que serão abaixo mencionados.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Não houve sequer erro operacional, visto que a exoneração da servidora ocorreu, efetivamente, com a publicação no Diário Oficial (fl. 40), isto é, em 9 de setembro de 2011, uma vez que, embora tenha anunciado, em abril de 2011, que pretendia deixar o cargo no Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego para Juventude da Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda, continuou a trabalhar até o término do treinamento da profissional substituta, Luciana Carolina Ferreira, que, ouvida em Juízo, informou que a ex-servidora trabalhou até agosto de 2011.

O então secretário de Trabalho, Emprego e Renda, Emerson Ferreira Domingues, superior hierárquico da ré, também ouvido em Juízo, informou que ela, mesmo após ter comunicado que deixaria o cargo, trabalhou por mais meses, em projetos da Administração Municipal, não tendo, por isso, ocorrido erro material ou omissão que justificasse a restituição ao erário.

A testemunha Leda Ribeiro de Queiroz, por seu turno, afirmou que a ex-servidora permaneceu no imóvel que ela alugava até junho de 2011 e, a partir de então, passou residir em sua casa, com divisão dos gastos, até a exoneração.

Dessa forma, não houve pagamento a maior, sendo, portanto, incabível devolução de valores ao erário, já que, no período questionado, a requerida efetivamente prestou serviços ao Município.

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito e **IMPROCEDENTE** o pedido, com fundamento no artigo 487, I do CPC.

Condene o autor a arcar com os honorários advocatícios, fixados, por equidade, em R\$ 770,00, sendo isento de custas, na forma da lei.

P.I.

São Carlos, 11 de julho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**